

O POVOADO DA PONTINHA: uma (re) construção etnográfica e histórica dos filhos de Chico Rei

RICARDO FERREIRA VALE¹

¹Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil, ricardo.vale@aluno.ufop.edu.br

Revista Maestria, v.17, n.1, p. 68-76, 2019

RESUMO - A pendência pela preservação das histórias e memórias quilombolas é algo histórico e político. Atualmente, os remanescentes quilombolas vivem à margem de seus direitos fundamentais, principalmente o direito ao seu território tradicional. A proposta investigativa teve como objetivo geral enfatizar a caracterização histórica, infraestrutural, econômica, cultural e educacional da comunidade quilombola Pontinha, Paraopeba, Minas Gerais, Brasil. Procurou-se identificar a formação original quilombola compreendendo as permanências históricas e traçando um paralelo entre passado e presente. O percurso metodológico foi realizado em duas fases. A primeira se caracterizou por leituras de livros e periódicos relacionados à temática, análise de documentos escritos e imagens. Na segunda fase, foram realizadas entrevistas utilizando a história oral temática e visita *in loco*.

Palavras-chave: Herança Cultural. História Oral. Povoado Quilombola.

THE PEOPLE OF PONTINHA: an ethnographic and historical (re) construction of Chico Rei's children

ABSTRACT - The pending for the preservation of Quilombola stories and memories is historical and political. Today the remaining Quilombolas live on the margins of their fundamental rights, especially the right to their traditional territory. The general investigative proposal aimed to emphasize the historical, infrastructural, economic, cultural, and educational characterization of the Quilombola community in Pontinha, located in city of Paraopeba, State of Minas Gerais, in Brazil. We sought to identify the original quilombola formation, understanding the historical permanences, and drawing a parallel between past and present. The methodological course was carried out in two phases. The first was characterized by readings books and journals related to the theme, analysis of written documents, and images. In the second phase, interviews were conducted using thematic oral history and on-site visits.

Keywords: Cultural Heritage. Oral History. Quilombola Settlement.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade que preservou a estrutura racial do sistema escravista e que se utiliza do racismo como ideologia de poder para legitimar que os descendentes dos africanos continuem em situação subalterna e marginalizada.

As referências ao belo são, em sua maioria, associadas ao branco. Portanto, os resgates de história, memórias e culturas em uma comunidade quilombola, podem

contribuir para a construção de pertencimento racial na formação de uma criança negra.

A escravidão africana no Brasil iniciou-se no século XVI, durante o governo Mem de Sá (SOUZA, 2014). Segundo Dantas, Mattos e Abreu (2012, p.12), “o desenvolvimento da escravidão africana nas Américas é considerado pela historiografia um paradoxo, pois se deu paralelamente ao progressivo desaparecimento da mesma na Europa”.

As pessoas escravizadas capturadas na África eram trazidas em navios negreiros para o Brasil. Ao chegar à América Portuguesa, eram compradas por colonos, que os tratavam como animais, explorando seus trabalhos e corpos, e os sujeitavam a maus tratos físicos e morais, tudo objetivando a sua mão de obra, sobretudo, nas lavouras. Para Furtado (2003), ao final do século XVI, era estimado o número de escravos africanos no Brasil em cerca de 20.000.

Por mais de 300 anos, os negros, na condição de escravos, executavam os mais diversos tipos de trabalhos. Porém, nem todos os negros acatavam, de forma passiva, as condições da escravidão. Em sua publicação Dantas, Mattos e Abreu (2012, p.35) enfatizam que “de maneira geral, as fugas ocorriam com mais frequência quando os escravos percebiam que os senhores estavam divididos. Outra situação propícia era quando os senhores retiravam dos escravos alguns benefícios ou vantagens a que eles estavam acostumados e que entendiam como sendo direitos conquistados.”

“Existiam também as fugas reivindicatórias, que correspondem, em termos atuais, a uma espécie de greve. Com elas o escravo tentava pressionar seu senhor a ouvir suas queixas e considerar suas reivindicações.” (DANTAS; MATTOS; ABREU, 2012, p. 35)

“Junto com essas escapadas, existem empreendimentos mais desafiantes e radicais, chamadas de fugas-rompimento e que, muitas vezes, resultavam em insurreições e revoltas”, completam os autores. (DANTAS; MATTOS; ABREU, 2012, p. 35)

Os escravos que conseguiram fugir fundaram os quilombos. Para Lopes e Simas (2017, p. 233), quilombo “é um termo de origem banta que designa o reduto da escravidão”.

A palavra “quilombo” ou “calhambo” é de origem banto e significa “acampamento”

ou “fortaleza”. Foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. O termo também pode ser atribuído a “casa” ou “refúgio.” (SANTOS; CAMARGO, 2008, p. 11)

Os quilombos também eram chamados de amocambados, *bosnegers* e mocambos, e alguns chegaram a reunir centenas de pessoas.

“O recurso mais utilizado pelos negros escravos, no Brasil, para escapar às agruras do cativeiro foi sem dúvida o da fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, ajuntamento de escravos fugidos e posteriormente as entradas, expedições de capturas.” (CARNEIRO, 2011, p. 35)

Desta forma, os quilombos tornaram-se alvos das autoridades governantes, senhores de engenho e capitães do mato (especializados na caça a escravos fugitivos e também na destruição do quilombo).

Muitos quilombos não estavam tão longe das cidades, alguns eram encontrados próximos a elas e muitas vezes se acomodavam dentro dos próprios engenhos, como enfatiza Reis (2007). A existência de um quilombo nas proximidades das fazendas estimulava as fugas na região, já que os escravos tinham para onde ir e a chance de sobrevivência era maior.

Os quilombos foram a forma de resistência negra mais combatida pelos senhores e pela coroa portuguesa, os quais não economizavam recursos para a repressão.

No século XXI, o termo “quilombo” ainda soa estranho para muitas pessoas e muitas vezes são tidos como locais marginalizados e violentos. As comunidades quilombolas podem ser consideradas como um dos segmentos mais pobres, esquecidos e desconhecidos da nossa sociedade. De acordo com Santos e Camargo (2008, p.11) “no início dos anos 2000, pouco se sabia sobre quantas eram, como viviam e onde se encontravam os chamados remanescentes de quilombo.”

A instituição do Artigo 68 da Constituição Federal Brasileira (1988), no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras são reconhecidas a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Ademais, a Constituição Federal de 1988 também reinstituiu no período republicano, a categoria jurídico-legal de quilombo. De acordo com Santos e Camargo (2008), na promulgação da Constituição de 1988, os direitos dos quilombolas foram reconhecidos, mas não devidamente aplicados.

A proposta deste trabalho teve como objetivo geral enfatizar a caracterização histórica, infraestrutural, econômica, cultural e escolar da comunidade quilombola Pontinha, localizada em Paraopeba – Minas Gerais, povoado que apresenta descendência real, herdeiros de Chico Rei.

MATERIAL & MÉTODOS

A pesquisa apresentada é de natureza qualitativa. Sua realização foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, foi realizado um levantamento e análise dos referenciais teóricos a respeito da temática. No segundo momento, foi realizada uma entrevista, utilizando o método da história oral com uma moradora do povoado quilombola da Pontinha, Paraopeba, Minas Gerais, e a visita *in loco* ao povoado quilombola. Para a realização dessa pesquisa, foram utilizados o Termo de Consentimento Livre (TCLE) para a entrevista, realização e divulgação de imagens e o Termo de Confidencialidade e Sigilo.

HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO POVOADO QUILOMBOLA DA PONTINHA

O povoado quilombola da Pontinha fica localizado a 97 Km de Belo Horizonte, no município de Paraopeba. De acordo com a história oral do povoado remanescente da Pontinha, o quilombo foi fundado por Muzinga, filho de Chico Rei. Chico Rei, homem escravizado, capturado na região do Congo, na África, por volta de 1740, tornou-se uma lenda oral na região de Ouro Preto – MG. Segundo Vasconcelos (1999, p.334), “o escravo que aqui chegou sofreu dura tragédia: fora rei destronado do velho Reinado do Congo e na travessia para a América Portuguesa perdera, em noite de tempestade, a esposa e filha, Rainha e Princesa”.

A história de Chico Rei é citada na obra Guia de Ouro Preto, escrita por Bandeira (1952, p. 5). “Francisco foi aprisionado com toda sua tribo, e vendido com ela, incluindo sua mulher, filhos e súditos. A mulher e todos os filhos morreram no mar, menos um. Vieram os restantes para as minas de Ouro Preto.

E continua: “Resignado à sorte, tida por costume na África, homem inteligente, trabalhou e forrou o filho; ambos trabalharam e forraram um compatriótico; os três, um quarto, e assim por diante até que, libertada a tribo, passaram a forrar outros vizinhos da mesma nação.” (BANDEIRA, 1952, p.5)

E a saga de Chico Rei segue adiante: “Formou assim em Vila Rica um Estado no Estado; Francisco era Rei, seu filho Príncipe, a nora a Princesa. Possuía o rei para a sua coletividade a mina riquíssima da Encardideira ou Palácio Velho.” (BANDEIRA, 1952, p.5)

Segundo Vasconcelos (1999, p.334), “a lenda do rei africano é na história semelhante a um oásis florido e suave, em que

descansamos desse melancólico arneiro, que a sua raça infeliz encharcou de suor, de sangue e de lágrimas”. A lenda serve como um alento para os africanos e seus descendentes, que sofriam com a escravidão.

“Durante cinco anos trabalhou na terra com tal disciplina e discrição que pôde se alforriar, comprando, a crédito, de seu ex-senhor, mina que se julgava esgotada. A luz do céu abaixou a estes chãos e o ouro de novo surgiu, despertou, cresceu, a ponto de permitir a seu dono libertar o filho e em seguida toda a sua tribo também escravizada.” (VASCONCELOS, 2002, p. 214)

“Esse benemérito se achegou a Irmandades que elevaram duas igrejas a do Rosário e a de Santa Ifigênia. Não foi tudo. Conhecendo na própria carne o que sofreu os cativos, começou a alforriar com seu ouro, até hoje, as mais de quatrocentos, incluindo perto de cem fôlegos-vivos, libertos na pia, como afilhados.” (VASCONCELOS, 2002, p. 214)

Após a morte de Chico Rei, seu filho Muzinga e seus seguidores (escravos livres) dirigiam-se à cidade de Diamantina, então Arraial do Tejuco, para trabalharem na extração de diamantes. Ao passarem pelo município de Pompéu, caminho para o Arraial do Tejuco, pararam para aconselhar-se com o padre Antônio Moreira e este os convenceu a permanecerem em uma ponta da região, originando, assim, o nome do povoado quilombola da Pontinha. (SANTOS; CAMARGO, 2008)

“A terra da comunidade teria sido doada aos escravos pelo padre Antônio Moreira, dono de uma propriedade na região. O terreno compreendia a parte mais afastada da sede de sua fazenda e era considerado um terreninho de pouca valia, uma pontinha.” (SANTOS; CAMARGO, 2008, p. 210) E, assim, a comunidade foi denominada Pontinha,

“Conforme conta Dona Florentina Gonçalves do Espírito Santo, de 61 anos, ‘eles

vieram, até com muito ouro, e eles enterraram esse ouro por aqui. A gente só não sabe onde, mas dizem que enterraram’. Outros moradores afirmam que foi Muzinga, filho de Chico Rei, que fundou a Pontinha com 60 famílias vindas de Ouro Preto.” (SANTOS; CAMARGO, 2008)

INFRAESTRUTURA DO POVOADO QUILOMBOLA DA PONTINHA

O povoado quilombola da Pontinha caracteriza-se pela presença de casas simples - algumas de adobe (casa de barro), como no período colonial, uma praça central com um campo de futebol, quadra, escola, posto de saúde, centro comunitário e uma igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário.

A comunidade quilombola da Pontinha já foi tema de muitas questões acerca da posse da terra.

Atualmente, a comunidade é povoada por 2.500 a 3 mil pessoas, divididas em torno de trezentas residências, com famílias numerosas. Os números apresentados foram obtidos junto a Escola Municipal Dr. Teófilo Nascimento e não puderam ser comprovados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois o Censo Populacional do ano de 2020 é que irá incluir o recenseamento das comunidades quilombolas.

“Segundo um pesquisador da região, havia uma escritura de concessão da área, mas ela teria sido destruída em um incêndio no cartório de Santa Luzia, onde estava registrada. Anos depois, foi obtido o título por meio de usucapião.” (SANTOS; CAMARGO, 2008, p. 210)

Desde 2004, há um processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a regularização e titulação de todo território histórico da comunidade, inclusive o que hoje se encontra em mãos de terceiros. (SANTOS; CAMARGO, 2008, p. 210)

A ECONOMIA QUILOMBOLA NA PONTINHA

Atualmente, as principais atividades econômicas desenvolvidas na Pontinha são o cultivo do milho, feijão, arroz e a venda de *Rhinodrilus alatus*, popularmente conhecida como minhocucu – um tipo de minhoca gigante, endêmica do cerrado mineiro e muito utilizada para pesca. Além disso, muitos moradores trabalham em cidades próximas, tais como Sete Lagoas e Paraopeba. Nessa situação, encontram-se, principalmente as mulheres, que trabalham como empregadas domésticas durante o dia e retornam para o povoado à tarde.

“A sobrevivência das pessoas da Pontinha sempre foi muito difícil. Antigamente, como relata um morador, sua avó dizia que “o sofrimento era grande. O meio de transporte usado era a pé ou a cavalo. As pessoas levavam as coisinhas que colhiam aqui para vender no comércio de Paraopeba”. Nesse tempo, o pessoal plantava milho arroz e algodão. (SANTOS; CAMARGO, 2008, p.211)

Além do exposto, os moradores ainda têm que enfrentar o desmatamento na região que começa a ameaçar plantas que são nativas, e eram abundantes daquela região, como araticum¹ e o pequi².

ASPECTOS CULTURAIS DA PONTINHA

Em relação às festas populares, do povoado da Pontinha, destacam-se a crença e a devoção à Nossa Senhora do Rosário, que, nos

últimos tempos, vem enfraquecendo devido aos jovens não se interessarem pela tradição. Também se pode citar a festa da família, a quadrilha e o recital de poesias. De acordo com Scarano (1978, p. 38), “a mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário.”

“Desde os séculos XV e XVI era sob essa invocação que em Portugal se congregavam os homens de cor. Em nosso país, os negros tinham também como patronos Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antônio de Catagerona, São Gonçalo, Santo Onofre, os quais, segundo a hagiografia tradicional, eram pretos ou pardos e gozavam por isso de singular popularidade.” (SCARANO, 1978, p.38)

A guarda de Congo é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira, muito presente em vários municípios mineiros. Trata-se de um festejo ritualístico que manifesta simbolicamente a vinda de Chico-Rei, rei do Congo, para Vila Rica e a conquista de sua liberdade. O rito faz referência à libertação de africanos da escravidão imposta pelos portugueses desde o período colonial, e faz menção às formas de recriação cultural e religiosa negra nas Américas. É um festejo que apresenta a coroação de reis e rainhas africanas, manifestando sua vinculação à África, e comunicando seu reinado, sua força de resistência, sua consciência étnica e sua sabedoria ancestral. É um rito de identidade, de força e de fé.

O dia da consciência negra é comemorado no povoado quilombola da Pontinha, bem como a festa quilombola instituída há quinze anos, na qual são valorizadas as culturas africanas, como a capoeira. Apesar disso, a festa carnavalesca – de origem afro-brasileira já não existe mais na Pontinha. As brincadeiras quilombolas

¹O araticum (nome científico *Annona crassiflora*) é uma planta característica do Cerrado. Ocorre, normalmente, em áreas secas e arenosas. Chega a alcançar entre quatro e oito metros de altura. De crescimento lento, costuma frutificar quando chega aos dois metros.

²O pequi (nome científico: *Caryocar brasiliense*) é um fruto típico do Cerrado, cuja nomenclatura vem do Tupi e significa “pele espinhenta”.

também desapareceram no povoado, sobrevivendo ainda, de maneira mínima, a guarda de Congo.

A Lapa de São Bento é tida como um lugar de milagres e de grande importância para os moradores, local dedicado a Nossa Senhora Aparecida. De acordo com Silva (2008, p. 40), “a fé em Nossa Senhora do Rosário é somente parte das crenças manifestadas pelos moradores locais. A Lapa de São Bento é um importante local de peregrinação, no qual também são realizadas celebrações e são depositados ex-votos, geralmente em honra de Nossa Senhora Aparecida.”

Atualmente, está correndo o risco de ser destruída devido à extração de pedra realizada por um fazendeiro proprietário do terreno onde a mesma está localizada.

A ESCOLA QUILOMBOLA DA PONTINHA

Para a coleta de informações sobre a história da escola, foi realizada uma entrevista com uma funcionária da escola e moradora do povoado. Para fins de sigilo e confidencialidade das informações, foi-lhe atribuído um nome fictício, Dandara de Palmares (personagem da resistência negra do Brasil). Segundo os relatos de Dandara de Palmares, a escola teve origem em 1935, em um terreno doado pelo médico e morador do povoado Dr. Teófilo Nascimento. Anteriormente, a educação era efetuada nos domicílios.

A instituição é denominada Escola Municipal Dr. Teófilo Nascimento e oferta a modalidade de Ensino Regular nos níveis de Ensino de Fundamental I (1º ao 5º ano) e Fundamental II (6º ao 9º ano), nos períodos matutino e vespertino. Atualmente, a instituição tem oitenta e sete alunos matriculados. Em 2017, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais passou a

ofertar, no período noturno, o Ensino Médio e modalidade de ensino de Educação para Jovens e Adultos (EJA), nos segmentos Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Todos os professores, com exceção de um que é do povoado, vêm de outras localidades. A escola recebe recursos financeiros e materiais da Prefeitura de Paraopeba e do Governo do Estado de Minas Gerais.

Segundo Dandara de Palmares, os alunos sentem grande interesse e motivação em frequentar a escola. Além disso, por serem quilombolas, os alunos não se sentem segregados ou excluídos da sociedade e valorizam a questão de pertencerem à comunidade. Atualmente, o corpo discente da escola é constituído não só por alunos quilombolas, mas também por filhos de fazendeiros e moradores da região.

Os estudantes participam intensamente de eventos promovidos pela escola, tais como o concurso da beleza negra e a festa quilombola que acontece há quinze anos, todo mês de novembro no povoado.

Anteriormente à fundação do prédio onde atualmente encontra-se a escola, a metodologia de ensino e aprendizagem era a baseada na “aprendizagem doméstica”, com professoras que não eram qualificadas para exercer a profissão.

Atualmente, a escola totaliza trinta e sete funcionários, entre servidores e docentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) seguem as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes, “a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional

comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.” (BRASIL, 2012, p.42)

E mais, “na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012, p.42)

Além do mais, orientam-se também, pelas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). De acordo com o documento final da conferência, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com relação à educação,

“a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.” (CONAE, 2010, p. 131-132)

No que se refere à alimentação,
 “b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.” (CONAE, 2010, p. 131-132)

Quanto à formação dos jovens,
 “c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.” (CONAE, 2010, p. 131-132)

Com relação à participação da comunidade no processo de educação e na habilitação de profissionais,

“d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a

valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.” (CONAE, 2010, p. 131-132)

E, finalmente, visando a valorização das comunidades, “g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas.” (CONAE, 2010, p. 131-132)

Cabe ressaltar que o currículo escolar da Escola Municipal Dr. Teófilo Nascimento, não se diferencia dos demais da rede pública do Estado de Minas Gerais, e não considera a história e a cultura africana como um diferencial na escola. A despeito das recomendações das Diretrizes Educacionais para a Educação Escolar Quilombola, a lei 10.639 garante que a história e cultura afro-brasileira sejam implementadas em todas as disciplinas do currículo, para todas as escolas públicas do Brasil.

“Todas as vezes que se inicia qualquer reflexão sobre a escolarização dos negros no Brasil, o ponto de partida é o irremediável lugar-comum da denúncia. Em outros termos, o presente, com todas as suas injustiças e mazelas, se afigura como única dimensão histórica do problema.” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 134) E mais, “o passado, quando aparece, serve apenas para confirmar tudo aquilo que o presente nos comunica tão vivamente.” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 134)

CONCLUSÕES

Os moradores na Pontinha têm a necessidade da preservação de sua cultura. As precariedades nas pavimentações das ruas, dos serviços de saúde e na educação são fatores que necessitam de um olhar diferenciado pelos administradores governamentais.

Salienta-se o fato de que alguns moradores vivem abaixo da linha da pobreza, tem uma vida indigna. Além disso, apesar de estarem amparados pela lei e pela Constituição Federal de 1988, os moradores do povoado da Pontinha sofrem com o problema e a demarcação de suas terras e muitas vezes temem perder o direito de posse. Além disso, sofrem com o desmatamento e a exploração da área que coloca em risco a vegetação e a Lapa de São Bento, local considerado sagrado por essa comunidade.

No âmbito cultural, observou-se um “esvaziamento cultural” de tradições africanas como a Folia de Reis e o Carnaval, bem como o desinteresse dos mais jovens em seguir algumas tradições religiosas.

Em relação à Educação, o Projeto Político Pedagógico da escola local não enfatiza e não prioriza, no decorrer do ano, o estudo de memórias e histórias da região, o que poderá ocasionar, com o passar do tempo, grande perda cultural, a despeito das orientações curriculares nacionais.

No Brasil, há uma África conosco, em nosso cotidiano, seja no nosso samba, na estrutura de um candomblé e na macumba³. Os sujeitos africanos “trazidos” para o Novo Mundo foram tratados como massa anônima de

pessoas sem cultura, que só possuíam uma capacidade: a força de trabalho. Hoje, essas comunidades estão organizadas para reivindicar sua cidadania e dignidade visando um futuro que contemple a promoção da igualdade racial e a valorização da diferença étnica. Por fim, as observações apontam para a necessidade de uma construção histórica e pelo resgate da memória africana herdada pelo povoado de Pontinha, descendentes de Chico Rei.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Brasília, DF: Planalto, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. Brasília. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em 13 maio 2020.

CARNEIRO, Edson. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de

³Macumba é um instrumento de percussão de origem africana, semelhante a um reco-reco. No Brasil, por meio de um processo de ampliação de sentido, o termo "macumba" passou a referir também às oferendas religiosas.

Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. 164p. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/Stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 05 maio 2019.

DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n.6, p. 134-158, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário Social do Samba*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

REIS, João José. Ameaça negra. In: *Revista De História da Biblioteca Nacional*. n.27, dez. 2007.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo; CAMARGO, Pablo Matos. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI, História e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica/CDEFES, 2008.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Ricardo Álvares da. *Herdeiros de Chico Rei: mito de origem e etnogênese da comunidade quilombola de Pontinha*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFMG, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ABYHAY>. Acesso em: 13 maio 2020.

SOUZA, Marina de Melo e. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2014.

VASCONCELOS, Agripa. *Chico Rei*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.